

Deusto Estudios Cooperativos

Revista del Instituto de Estudios Cooperativos
de la Facultad de Derecho de la Universidad de Deusto

N.º 22 (2023)

doi: <https://doi.org/10.18543/dec222023>

Apresentação do Monográfico *O cooperativismo em Portugal. Uma visão interdisciplinar*

Deolinda Meira

doi: <https://doi.org/10.18543/dec.2707>

Publicado en línea: septiembre de 2023

Derechos de autor (©)

La revista *Deusto Estudios Cooperativos* es una revista de acceso abierto lo que significa que es de libre acceso en su integridad inmediatamente después de la publicación de cada número. Se permite su lectura, la búsqueda, descarga, distribución y reutilización legal en cualquier tipo de soporte sólo para fines no comerciales y según lo previsto por la ley; sin la previa autorización de la Editorial (Universidad de Deusto) o el autor, siempre que la obra original sea debidamente citada (número, año, páginas y DOI si procede) y cualquier cambio en el original esté claramente indicado.

Copyright (©)

The *Deusto Journal of Cooperative Studies* is an Open Access journal which means that it is free for full and immediate access, reading, search, download, distribution, and lawful reuse in any medium only for non-commercial purposes, without prior permission from the Publisher or the author; provided the original work is properly cited and any changes to the original are clearly indicated.

Apresentação do Monográfico ***O cooperativismo em Portugal.*** ***Uma visão interdisciplinar***

Deolinda Meira

Professora Coordenadora

CEOS.PP/ISCAP/P.Porto

meira@iscap.ipp.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2301-4881>

doi: <https://doi.org/10.18543/dec.2707>

Publicado em linha: septiembre de 2023

Este número monográfico dedicado ao cooperativismo em Portugal pretende apresentar uma visão interdisciplinar das cooperativas, a qual, partindo de importantes dimensões do movimento cooperativo —com destaque para a dimensão estatística, jurídica, de gestão e de intervenção social—, visa contribuir para a construção de respostas a alguns dos problemas e desafios com que o setor cooperativo se confronta.

O número inicia-se com um texto de Eduardo Pedroso, intitulado «Retrato estatístico e demográfico das cooperativas em Portugal», que reúne as principais estatísticas sobre o setor cooperativo português, apresentando um retrato da atividade do setor e do seu posicionamento na economia nacional. Os dados apresentados evidenciam um setor resiliente, com elevada participação da sociedade, presente em todo o território, que contribui para a coesão social e o desenvolvimento local em Portugal, que gera trabalho inclusivo, mais duradouro e no qual a quase totalidade dos resultados são redistribuídos por quem os gerou. Os dados também indicam o impacto positivo que o setor cooperativo tem tido na satisfação dos objetos de desenvolvimento sustentável, designadamente nos domínios da igualdade de género, do trabalho digno e no combate às desigualdades.

O segundo texto, da autoria de Maria Elisabete Ramos, intitulado «Integração de lacunas do Código Cooperativo-paradoxo ou o futuro do direito cooperativo português?», confronta a opção político-legislativa adotada em Portugal de autonomização formal do direito cooperativo relativamente ao direito das sociedades com a opção de eleger o direito das sociedades comerciais e, em particular, o das sociedades anónimas, como o direito subsidiariamente aplicável às cooperativas, desde que as normas jurídico-societárias aplicadas analogicamente se-

jam compatíveis com os princípios cooperativos. Neste contexto, a autora propõe-se testar a autonomia substancial do direito cooperativo relativamente ao direito societário, a partir do regime jurídico da responsabilidade civil dos administradores. O artigo chega à importante conclusão de que o cumprimento dos princípios cooperativos não é suficiente para travar a societarização do direito português. Reforça-se o entendimento de que os princípios cooperativos são, por natureza, abertos e suscetíveis de várias interpretações, pelo que são necessárias regras jurídicas que constituam critérios jurídicos de decisão de casos concretos.

O terceiro artigo, da autoria de Deolinda Meira, intitulado «O financiamento das cooperativas. Dificuldades e alternativas», centra-se num dos pontos nevrálgicos do regime económico das cooperativas. Partindo das especificidades das cooperativas, com destaque para o seu fim mutualístico e para a necessária observância dos princípios cooperativos, a autora analisa as principais dificuldades que se colocam ao financiamento interno e externo das cooperativas, em Portugal. Em termos de financiamento interno, a autora destaca a variabilidade do capital social que debilita a sua função de garantia, a não relação entre uma maior participação no capital e os direitos do cooperador, a rigidez do regime de transmissão dos títulos de capital, o regime de irrepertibilidade das reservas, os limites nas operações com terceiros, o regime jurídico da joia. Em termos de financiamento externo, sublinha a baixa atratividade dos títulos de investimento e das obrigações, dados os limites colocados à participação dos subscritores na governação da cooperativa e os limites às condições de remuneração. Finalmente, o estudo centra-se na figura dos membros investidores, introduzida na reforma da legislação cooperativa de 2015, a qual está sujeita a limites em termos de elegibilidade para os órgãos, número máximo de votos e contribuições financeiras, o que poderá também debilitar a atratividade desta figura.

Numa linha de continuidade com a temática da sustentabilidade financeira das cooperativas, segue-se um artigo, da autoria de Ana Paula Rocha, sobre «O regime fiscal das cooperativas em Portugal: tributação do rendimento, do consumo e do património». Nele, a autora destaca que o ordenamento fiscal português consagra um regime fiscal específico para o setor cooperativo que, tendo em vista proteger o modelo de funcionamento mutualista destas entidades, prevê a existência de benefícios fiscais ao nível da tributação do rendimento, do consumo e do património, os quais são objeto de reflexão e análise. O texto dá particular atenção às questões mais controversas que se levantam a propósito do enquadramento fiscal das cooperativas, na doutrina e na jurisprudência portuguesas.

No artigo seguinte, Tiago Fernandes reflete sobre «A diversidade de vínculos de trabalho nas cooperativas portuguesas». O autor sublinha que, no direito cooperativo, são vários os tipos de vínculos que poderão estabelecer-se entre a cooperativa e o prestador, o que conduz a uma multiplicidade de níveis de proteção social deste último. Ao nível interno, o artigo destaca o trabalho de gestão levado a cabo pelo membro do órgão de administração da cooperativa, bem como, no caso das cooperativas de trabalho, a figura do cooperador trabalhador, entendido como aquele que realiza a sua entrada na cooperativa através da prestação de uma determinada atividade. No plano das relações com terceiros, o autor refere que a cooperativa pode recorrer à celebração de um contrato de trabalho, de um contrato de prestação de serviços ou mesmo ao regime do voluntariado, analisando, para cada um desses casos, o respetivo regime jurídico.

Ana Luísa Martinho centra-se em «A dimensão inclusiva das cooperativas em Portugal», referindo que estas, enquanto entidades do setor da economia social, gozam de um estatuto jurídico que combina objetivos sociais e económicos em prol do interesse geral, pelo que se encontram particularmente vocacionadas para atender às orientações do trabalho digno e inclusivo. É dado particular destaque ao ramo cooperativo da solidariedade social. O artigo ilustra, por meio de um estudo de caso, a função de inclusão que as cooperativas de solidariedade social desempenham em Portugal.

Este monográfico termina com um texto da autoria de Susana Bernardino e José Santos, intitulado «Empreendedorismo social no setor cooperativo em Portugal: um estudo exploratório». Nele, através do método do estudo de caso, pretende-se demonstrar a aplicação de um comportamento socialmente empreendedor à resolução de um problema social concreto, identificado na comunidade, e cuja resposta assumiu a forma jurídica de cooperativa. A análise do estudo de caso permitiu identificar comportamentos empreendedores, tais como inovação, proatividade, assunção de risco, autonomia e competitividade agressiva, que são relevantes na conceção e implementação de uma resposta do sector cooperativo com impacto social sustentável.

Coordinadora *Deolinda Meira*